

## AS FONTES RUPESTRES COMO DESAFIO AO TRABALHO DO HISTORIADOR

Harley Abrantes Moreira

UFRN

harleyabrantes@hotmail.com

Começaremos este texto com uma citação de Ivan Gaskell, extraída do livro *A Escrita da História*:

Embora os historiadores utilizem diversos tipos de material como fonte, seu treinamento, em geral, os leva a ficar mais a vontade com documentos escritos. Consequentemente, são muitas vezes mal equipados para lidar com material visual, muitos utilizando as imagens de maneira apenas ilustrativa, sob aspectos que podem parecer ingênuos, corriqueiros ou ignorantes às pessoas profissionalmente ligadas à problemática visual. (GASKELL, 1992:237)

As limitações dos historiadores ao utilizarem as imagens, portanto, é evidente e se torna mais clara ainda quando estas imagens pertencem a um período tão recuado e pouquíssimo estudado como a Pré-História.

Neste texto, será considerada a possibilidade de trabalho dos historiadores com as pinturas rupestres, discutindo a interdisciplinariedade entre História e Arqueologia para o enfrentamento dos problemas ligados a este tipo de fonte, uma vez que as mensagens destas representações gráficas só podem ser compreendidas mediante os distantes códigos sociais dos grupos étnicos que as fizeram. Nesse sentido é que perguntamos: Uma vez restritas as possibilidades de interpretação, pois as tentativas de compreender os grafismos localizam-se no plano conjectural, o que restaria ao historiador? Como trabalhar e proceder diante de tais fontes? Discutindo as questões próprias da atividade historiográfica, esperamos refletir sobre os modos de pensar tais pinturas para, finalmente, apontar as oportunidades que elas representam para o avanço

das pesquisas de um período, bastante recuado na História da América e que vem sendo estudado por pesquisadores da Arqueologia, da Antropologia... Mas que, apenas timidamente, recebe a atenção dos historiadores.

### **JUSTIFICANDO O PROBLEMA**

As artes pré-históricas costumam ser estudadas a partir da Arqueologia. Uma delas, a arte rupestre, vem sendo interpretada de diferentes maneiras, desde o século XIX, quando era entendida a partir da finalidade do simples prazer estético da arte pela arte, passando no início do século XX por teorias que a reconheciam como um modo de magia simpática, no qual os artistas controlavam os animais da vida real para o abate nas caças e, também como magia da fertilidade, quando os desenhos assegurariam a reprodução das espécies para garantir a alimentação.

Considerar que as pinturas rupestres espalhadas por diversos sítios arqueológicos brasileiros podem representar um fecundo material de trabalho para o historiador é, hoje, algo que pode, e merece, ser discutido. A partir das renovações historiográficas promovidas pela Escola dos Anales, o conceito de fonte foi ampliado e, atualmente, já não depende das documentações escritas, podendo ser considerado qualquer vestígio humano registrado em algum ponto da linha do tempo. Essa transformação da teoria do documento no campo historiográfico tem sido fundamental para a discussão do próprio conceito de Pré-História que passou a sofrer alterações, uma vez que está ligado à idéia superada de que somente a partir da escrita é que se torna possível falar em história, deixando a maior parte da história humana desassistida pelo historiador. Dessa forma, convém perguntar: Por que a arte rupestre, estudada por outros campos de conhecimento, ainda não recebeu a devida atenção dos historiadores?

Segundo Jacques Le Goff

A diferente natureza das fontes não escritas impõem uma leitura social mais ampla. “A escrita perde seu privilégio, enquanto assumem importância a Arqueologia, o documento iconográfico e até mesmo a enquete oral, no âmbito de uma etnologia histórica. Toda uma parte

dos campos de pesquisa atuais, da civilização material aos diferentes domínios da cultura ou das mentalidades populares, inscrevem-se assim como uma tentativa obstinada para contornar o silêncio das fontes, a partir de meios que ontem teriam sido considerados indevidos. (LE GOFF, 2005: 105).

Dessa forma, as fontes não escritas conquistam um importante papel na ampliação da leitura social do historiador que já não precisa se limitar aos registros escritos, todavia, como proceder diante de periodicidades tão recuadas, onde as fontes não escritas não possuem esse papel de um rico “auxílio” ao trabalho do historiador, mas são os únicos vestígios das sociedades que estuda? É possível colocar um problema do ponto de vista historiográfico quando tudo o que se tem são objetos de uma cultura material? (o que seria um “problema historiográfico?”). Obviamente que são questões muito amplas para os objetivos de um texto com estas proporções, ainda assim, é válido colocá-las para justificar a preocupação de tentar inserir no *métier* do historiador o trabalho com as pinturas rupestres, tão abundantes no território brasileiro, especialmente no Nordeste. Nesse sentido, é possível considerar o “quadro” de pinturas rupestres nesta região como um campo de possibilidades para a pesquisa do período ágrafo na História do Brasil, chamando a atenção de historiadores para este tipo de fonte e para o estudo deste período, que pode ser favorecido por perguntas e problematizações mais comuns ao universo teórico da História.

## ARQUEOLOGIA E ARTE RUPESTRE

A interdisciplinariedade, que se tornou tão importante para os historiadores após as transformações historiográficas advindas da Escola dos Annales, é indispensável para as pesquisas que envolvem as sociedades ágrafas, uma vez que o acesso às fontes passa, inevitavelmente, pela Arqueologia e pelo estudo da cultura material como caminho necessário para a definição das culturas pré-históricas que se tornam conhecidas através de seus objetos remanescentes. Segundo Jean Marie Pesesz

O desenvolvimento das ciências humanas, no fim do século XIX, não se concebe fora da corrente evolucionista. À mesma corrente também pertence uma nova arqueologia, cujo desenvolvimento está, para muitos, na tomada de consciência da cultura material; uma arqueologia que leva em conta, em primeiro lugar, os aspectos materiais das civilizações e neles baseia a própria definição das culturas e sua evolução: a arqueologia pré-histórica. (LE GOFF, 2005:238)

Desse modo, faz parte do ofício do arqueólogo, desde os primórdios desta disciplina, o interesse por “revelar” a cultura material encoberta pelo tempo para, depois, identificar, analisar, classificar... E devido ao suporte material que envolve toda obra de arte, é possível acomodá-las dentro do estudo da cultura material<sup>1</sup>, território que também pertence à História, mas que não deixa os historiadores tão à vontade quanto os arqueólogos. Nesse sentido, segundo o mesmo autor, existe uma relação entre cultura material e arte rupestre e foi a Arqueologia quem primeiro perguntou sobre este elo:

Tendo definido a cultura material como a ciência dos artefatos (objetos fabricados) eles se perguntaram que espaço reservar para os objetos de arte e os *realia* (objetos de culto), que por sua formação estavam acostumados a levar em consideração primeiro. [...] Gasiorowski definia cultura material como o “conjunto dos grupos de atividades humanas que correspondem a uma finalidade consciente e possuem um caráter utilitário realizado em objetos materiais”. Tal definição pareceria afastar tudo o que se relaciona com a arte ou o cultural. No entanto, ela intervém num estudo consagrado à arte e a cultura material. Simples problema de fronteira entre as duas pesquisas? Talvez sim, mas que não se deixa solucionar tão facilmente. As obras de arte tem um suporte material e são produzidas, às vezes, com o auxílio de ferramentas e técnicas que não são radicalmente diferentes daquelas utilizadas por outras atividades humanas. Até mesmo os objetos utilitários tem uma potencialidade estética...(Ibidem, ibdi: 274)

Portanto, discutir o uso das pinturas rupestres como fontes da pesquisa historiográfica exige a inserção do historiador no terreno da cultura material e da Arqueologia. O trabalho do arqueólogo, por sua vez, consiste, em grande medida, na identificação dos componentes dos sistemas gráficos próprios de cada grupo pré-histórico e de suas regras de funcionamento. A realização dessa tarefa possibilita

divisões de análise para o estudo dos registros. A exemplo disso, a arqueóloga Gabriela Martin, para o caso das pinturas rupestres do Nordeste, dividiu-as em diferentes tradições, sub-tradições e estilos. A imensa quantidade de grupos étnicos responsáveis pelas pinturas espalhadas pelos sítios arqueológicos da região transforma o estudo destas representações em algo complexo, uma vez que cada grupo possui um sistema de comunicação gráfico diferente com características próprias.

Dessa forma, os estudos arqueológicos conseguem identificar cada um dos conjuntos gráficos utilizados por cada grupo étnico pertencente a períodos diversos. Através do reconhecimento das composições temáticas das figuras, trabalha-se a identificação dos elementos do mundo significativo daquelas sociedades que foram escolhidos para ser representados por seus artistas. Desse modo, é possível caracterizar culturalmente as etnias pré-históricas, sendo esta uma das principais motivações dos estudos arqueológicos.

## HISTÓRIA E ARTE RUPESTRE

Difícil encontrar historiadores dedicados ao estudo da arte rupestre e algumas imprecisões são comuns no momento em que se busca o aporte da história para o estudo das sociedades ágrafas. Em livros paradigmáticos, comentários sobre o tema são mais encontrados. De acordo com PINSKY, Jaime, no livro *As Primeiras Civilizações*, “no período Paleolítico, a arte rupestre representava prioritariamente animais”(Pinsky, 2006: 35), todavia, esta perigosa generalização deve ser evitada quando consideramos os numerosos sítios arqueológicos do Nordeste do Brasil. Segundo o site de divulgação de estudos realizados pela Fundação do Homem Americano (FUNDHAM), somente na área do Parque Nacional da Serra da Capivara, podemos encontrar diversas tradições, sub-tradições e estilos. Restringindo-nos àquelas que já foram datadas, podemos destacar duas: A Nordeste e a Agreste. A primeira delas, é caracterizada pela presença de grafismos reconhecíveis, entre eles, desenhos de animais, entretanto, também se destaca a presença de plantas, de objetos e a abundância de figuras humanas.

Outra generalização comum é a de que a arte pré-histórica existia em função da caça e que animais eram representados no interior das cavernas com o intuito de, através do alcance da magia e da religião, ser abatidos por caçadores. A exemplo disso, um paradidático muito popular que tem por título *História da Civilização Ocidental* de Edward Macnall Burns, afirma que

A verdadeira finalidade de quase toda a arte do Paleolítico superior era, ao que parece, não agradar aos sentidos, e sim aumentar o suprimento de animais utilizados na alimentação. O artista não era um esteta, mas um mágico, e a arte era uma forma de magia destinada a promover o êxito do caçador. Nessa finalidade residia seu principal significado e a base da maioria de suas qualidades características. Sugere, por exemplo, o verdadeiro motivo pelo qual os animais de caça eram o tema quase exclusivo dos grandes murais e porque plantas e objetos inanimados eram raramente representados. Ajuda-nos a compreender o descaso do homem de Cro-magnion pelas pinturas depois de terminadas e seu interesse predominante pelo processo de fazê-las. O fato desses materiais serem escritos no interior das cavernas, constitui prova adicional de uma motivação religiosa da parte do artista – a arte fica ocultada em local sagrado. (BURNS, 1980:10)

Sabemos que manuais de História Geral como este, de onde foi extraído tal fragmento, trabalham o conteúdo destinado à Pré-História como se este período fosse exclusivo do continente Europeu, Asiático e Africano, apesar de todas as transformações ocorridas nas teorias de ocupação da América, inserindo o continente americano no longo período Paleolítico, transformações estas iniciadas na década de setenta pela arqueóloga Niéde Guidon e, portanto, antes da primeira edição do livro citado.

Ora, durante os seis mil anos de existência da tradição Nordeste na Serra da Capivara (doze mil a seis mil anos atrás), dentro do período paleolítico nas Américas, pelo menos quatro temas principais podem ser destacados: a dança, as práticas sexuais, a caça e as manifestações rituais em torno de uma árvore, além das ações identificáveis, porém, de temas irreconhecíveis como o desenho de pirâmides humanas, evocando a idéia de ações acrobáticas.

Graças à abundância de sítios e de suas temporalidades, foi possível e necessário classificar a tradição Nordeste em sub-tradições e estilos. Na sub-tradição várzea grande as figuras humanas são, geralmente, pequenas e menores que as animais, as quais recebem um destaque no posicionamento da parede e a cor dominante é o vermelho. No estilo Serra Branca a principal característica é a presença de linhas verticais e traçados geométricos decorando os corpos humanos. Já no estilo Serra Talhada, as figuras humanas são dispostas em linhas, com extremidades exageradamente compridas, contrastando com figuras extremamente pequenas, além da utilização de várias cores.

Outras duas tradições que podemos destacar são, primeiramente, a tradição Agreste (dez mil anos), que tem por característica uma pintura considerada de má qualidade por arqueólogos, dentro da qual são raros os desenhos de animais, predominando as figuras humanas, geralmente paradas, ao contrário da tradição Nordeste, onde aparecem em movimento. A tradição geométrica, por sua vez, caracteriza-se pela presença de grafismos puros, mãos, pés, figuras humanas e répteis representados de maneira simples.

Desse modo, dialogando com as pesquisas arqueológicas, fica impossível incorrer nos riscos das generalizações tão presentes nos paradidáticos de História quando tratam do tema das pinturas rupestres para o estudo do período que muitos ainda classificam de pré-histórico.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A partir das considerações realizadas sobre a arte rupestre, a Arqueologia e o ofício do historiador, podemos retornar a alguns questionamentos, entendendo-os melhor. Primeiro, como compreender e interpretar figuras emblemáticas tais quais o tipo de composição gráfica que se acha com frequência em todas as sub-tradições da tradição Nordeste, onde duas figuras humanas são colocadas costas contra costas, acompanhadas por um grafismo puro? Que tipo de conhecimento historiográfico pode

ser desenvolvido a partir de composições emblemáticas como estas? Qual o alcance da “revolução das fontes” proposta pelas renovações da Escola dos Anales? Para que fique ainda mais claro este problema, podemos comparar uma pesquisa que utiliza fontes tradicionais escritas do século XIX, a partir das quais sabemos, inicialmente, qual a língua do sujeito, podendo vir a conhecer também seu gênero sexual, sua faixa etária, sua religião, suas atividades trabalhistas, e suas diversas atividades sociais com uma pintura rupestre que, muitas vezes, deixa o pesquisador sem resposta para grande parte destas perguntas. Quais seriam os limites de um trabalho historiográfico construído a partir das pinturas rupestres, realizadas por autores tão “misteriosos”?

Questões como essas exigem um maior esforço de reflexão, além de uma experiência de pesquisa, todavia, podemos dizer que é necessário superar o uso exclusivo das pinturas rupestres para os estudos da cultura material discutindo, dentro das possibilidades de suas interpretações, as relações humanas, o pensamento religioso, as relações sócio-econômicas... Autores dos grafismos, os homens, juntamente com suas relações, precisam estar evidentes, jamais ausentes ou escondidos por trás dos objetos, quando estudadas as pinturas rupestres e talvez seja esse o corredor por onde a pesquisa histórica possa acrescentar questões, no diálogo com a Arqueologia, quando estudadas as sociedades ágrafas a partir deste tipo de fonte.

Em contrapartida, o estudo da arte rupestre pode colaborar com o desenvolvimento do conhecimento historiográfico. Segundo Jacques Le Goff

Embora a história não tenha ignorado o estudo da cultura material, durante muito tempo só teve por ela um interesse limitado. Lembremo-nos do ensino que recebemos na escola e no liceu. Nos cursos e em nossos livros, as eras pré-históricas definiam-se excepcionalmente por seus instrumentos de pedra, depois de bronze e de ferro. Depois delas vinham os impérios e os reinos, que forneciam os títulos dos capítulos. Entretanto, encontrávamos em nossos manuais algumas páginas consagradas à vida cotidiana, em que era dado algum destaque à cultura material. A essas páginas devemos o fato de termos alguma noção das técnicas agrícolas dos egípcios, do barco de guerra de Salamina ou da toga do cidadão romano. Contudo, essas páginas eram mais numerosas nos manuais consagrados à Antiguidade o que, sem dúvida, não é casual. No caso da Antiguidade, o historiador trata

de tempos tão remotos, que os aborda um pouco do modo como o etnógrafo aborda os povos exóticos – tanto pelo vestuário, pela alimentação, pelas técnicas, como pelas crenças e pelos costumes. Ocorre também que, em grande parte, essas civilizações antigas só nos são acessíveis através da Arqueologia; e a Arqueologia, por sua própria natureza, informa mais sobre os aspectos materiais da vida, do que sobre os acontecimentos ou as mentalidades (LE GOFF, 2005: 244).

É somente pela Arqueologia que se torna possível ao historiador adentrar em temporalidades tão distantes, entretanto, uma vez atingidas, cabe a este a tarefa de superar as classificações, definições e descrições técnicas dos registros humanos revelados pelo arqueólogo, passando ao exercício de interrogá-lo e de lançar sobre eles os frutos da imaginação através de suas hipóteses que tentam entender aspectos políticos, religiosos, a construção dos espaços, a transformação humana do tempo ou as relações de poder entre os sujeitos históricos (ou “pré-históricos”).

## BIBLIOGRAFIA

BURNS. Edward Macnall. **História da Civilização Ocidental**. Do homem das cavernas às naves espaciais. Editora Globo, São Paulo, 1980.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales: A revolução francesa da historiografia**. Editora UNESP, São Paulo, 1990.

CARDOSO, Ciro Flamarion. **América Pré Colombiana**. Editora Brasiliense, São Paulo, 1996.

CHILD, Gordon. **A Evolução Cultural do Homem**. Editora Guanabara Coogan, Rio de Janeiro, 1978.

CLARK, Grahame. **Pré-História**. Zarrar editores, Rio de Janeiro, 1969.

CUNHA. Milton Bezerra. **Etnografia e Etnologia do Brasil: Uma abordagem sistêmica da Antropologia brasileira**. Editora da Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 1989.

GASPAR. Madu. **A Arte Rupestre no Brasil**. Jorge Zarrar editor, Rio de Janeiro, 2003.

GASKELL, Ivan. História e imagens in: Peter Burke: **A Escrita da História**. UNESP. 1992.

LE GOFF. Jacques. **A História Nova**. Martins Fontes, São Paulo, 2005.

MARTIN. Gabriela. **Pré-História do Nordeste do Brasil**. 5ªe.d. Editora Universitária da UFPE, Recife, 2008.

MEGGERS. Betty J. **América Pré-Histórica**. Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1979.

PALLESTRINE, Luciana e MORAES, José Luís. **Arqueologia Pré-Histórica Brasileira**. Editora da USP, São Paulo, 1980.

PINSKY, Jaime. **História da América Através de Textos**. Editora Contexto, São Paulo, 1989.

\_\_\_\_\_ **As Primeiras Civilizações**. História natural, História social, Agricultores e criadores, Egípcios e Hebreus. Editora Contexto, São Paulo, 2006.

PROUS. André. **Arte Pré-Histórica do Brasil**. Editora c/Arte, Belo Horizonte, 2007.

#### **SITES:**

<http://www.fumdham.org.br/>

---

<sup>i</sup> Segundo Jacques Le Goff, a expressão “cultura material” não foi definida por aqueles que mais a utilizaram, os historiadores e os arqueólogos. Todavia, os esforços de definição realizados, apontam para o projeto de estudo da vida material. (LE GOFF, Jacques. 2005.:241)